

SC7454

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA, P. O. Box 3243 Telephone: 251-115-517 700 Ext. 1894

Website: www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima Primeira Sessão Ordinária

9 - 13 de Julho 2012

Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/724(XXI)
Original: Inglês

**RELATÓRIO DA QUINTA SESSÃO CONJUNTA DA CONFERÊNCIA DOS
MINISTROS DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS DA UA E DA
CONFERÊNCIA DOS MINISTROS AFRICANOS DAS FINANÇAS,
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E PLANEAMENTO DA CEA
ADIS ABEBA (ETIÓPIA): 22 - 27 DE MARÇO DE 2012**

NOTA INTRODUTÓRIA

1. A 5ª Conferência conjunta dos Ministros das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico da União Africana (UA) e da Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA) teve lugar de 26 a 27 de Março de 2012, em Adis Abeba, Etiópia.
2. A Conferência foi aberta pelo Primeiro-ministro da República Federal Democrática da Etiópia, Sua Excelência Meles Zenawi.
3. Os Ministros centraram os seus trabalhos no tema «Libertar o Potencial de África como Polo de Desenvolvimento». Para além deste tema central, em torno do qual decorreram os debates, os Ministros debruçaram-se sobre questões ligadas às perspectivas económicas para a África, no horizonte 2050; o impacto e as lições tiradas da Crise da Zone Euro para a África bem como o Programa de Desenvolvimento de África depois de 2015.
4. Por outro lado, os Ministros discutiram sobre as questões essenciais que se seguem:
 - As grandes iniciativas em matéria de desenvolvimento;
 - O seguimento dado às decisões e aos resultados das Sessões conjuntas das Conferências dos Ministros da União Africana e da Comissão Económica das Nações Unidas para África.
5. Esta reunião culminou com a adopção de resoluções a serem submetidas à aprovação da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União, em Julho de 2012, que se referem essencialmente: à libertação do potencial de África como polo de crescimento mundial; à aceleração do programa de integração em África e à promoção do comércio inter-africano; à criação da instituição africana para a transferência de fundos; à dimensão regional do desenvolvimento; aos ODM e à agenda pós 2015; à implementação da Carta Africana da Estatística e à estratégia de harmonização das estatísticas em África; etc. (ver a lista em anexo);
6. Os Ministros elaboraram igualmente uma Declaração comum, na qual reafirmaram a sua vontade de:
 - (i) promover e implementar políticas globais, coordenadas e integradas a fim de libertar o potencial de crescimento equilibrado e sustentável aos níveis local, nacional e regional;
 - (ii) apoiar a harmonização das estatísticas em África e acelerar a implementação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;
 - (iii) reforçar a liderança individual e colectiva assim como as capacidades, a fim de aproveitar as oportunidades, tendo como objectivo acelerar a realização do desenvolvimento;

- (iv) executar os seus diferentes compromissos e iniciativas assumidos aos níveis regional e mundial que, por seu turno, sejam compatíveis com a visão de um continente transformado e capaz de servir como pilar do crescimento mundial;
- (v) promover a cooperação intra-africana e Sul-Sul mutuamente vantajosa,
- (vi) dar prosseguimento aos esforços que visam a integração, nos planos nacionais, das estratégias e das dotações orçamentais, incluindo o Plano de Acção, a fim de promover o comércio intra-africano e o roteiro do acompanhamento rápido da Zona de Livre Comércio do Continente assim como as diversas iniciativas conexas, tais como o Programa Mínimo de Integração e o Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África;
- (vii) tomar medidas que promovem o emprego dos jovens e das mulheres;
- (viii) reduzir o fosso no financiamento do desenvolvimento de África, através da reorientação de esforços na mobilização de recursos internos. (ver a Declaração em anexo)

SC76720

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone +251115- 517700 Fax: +251115- 517844

Website: www.africa-union.org

RELATÓRIO DA

Conferência da UA dos Ministros da Economia e

Finanças

(AU/CAMEF)

Adis Abeba, Etiópia
26 – 27 de Março de 2012

A. Participação

1. A Quinta reunião anual conjunta da Conferência da União Africana (UA) dos Ministros da Economia e Finanças e da Conferência da Comissão Económica das Nações Unidas para África (ECA) dos Ministros africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico realizou-se no Centro de Conferências da UA, em Adis Abeba, Etiópia, a 26 e 27 de Março de 2012.

2. A reunião contou com a presença de representantes dos seguintes Estados Membros: Argélia, Angola, Benin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Chade, Comores, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo, Djibuti, Egipto, Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Quênia, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, República do Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Sierra Leone, África do Sul, Sudão do Sul, Sudão, Suazilândia, Togo, Tunísia, Uganda, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

3. Estiveram representadas as seguintes Comunidades Económicas Regionais (CER): Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA); Comunidade da África Oriental (EAC); Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC); Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

4. Estiveram igualmente presentes o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD); a Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD (NPCA); o Banco dos Estados da África Central (BEAC) e o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO).

5. Estiveram ainda representados os seguintes organismos e agências especializadas das Nações Unidas: Comissão Económica e Social para Ásia Ocidental (ESCWA); Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA); Organização Internacional do Trabalho (OIT); Fundo Monetário Internacional (FMI); Organização Internacional para a Migração (OIM); União Internacional de Telecomunicações (UIT); Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA (ONUSIDA); Gabinete do Conselheiro Especial sobre África (OSAA); Escritório de Nova Iorque das Comissões Regionais (RCNYO); Banco Mundial; Entidade das Nações Unidas para a Igualdade do Género e Capacitação da Mulher (UN-Women); Gabinete de Ligação da União Africana do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Fundo das Nações Unidas para a Criança (UNICEF), Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR); Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI); Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP); Programa Alimentar

Mundial (PAM); Organização Meteorológica Mundial (OMM) e a Organização Mundial de Saúde (OMS).

6. Estiveram ainda presentes observadores dos seguintes Estados-membros das Nações Unidas: Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão e Estados Unidos da América.

7. Estiveram igualmente presentes observadores das seguintes organizações: Projecto de África de Governação e Monitorização; Conselho Consultivo Africano; Fundação Africana de Reforço das Capacidades (ACBF); Centro Africano para o Desenvolvimento das Capacidades; Centro Africano de Investigação e Formação Aplicada em Desenvolvimento Social (ACARTSOD); Banco Africano de Importação e Exportação; Fórum e Rede Africano sobre Dívida e Desenvolvimento (AFRODAD); Associação Africana de Economia e Política da Saúde (AfHEA); *African Monitor* (Vozes Africanas para o Desenvolvimento de África); Associação dos Bancos Centrais Africanos (AACB); Centro de Governação Constitucional; Organização Central dos Sindicatos (COTU); Iniciativa Colaborativa de Reformas Orçamentais em África (CABRI); Universidade de Columbia; Congresso dos Economistas Africanos; Coligação para o Diálogo sobre a África (CODA); *Development Consulting Associates (DEV-CAS)*; *Dukes Transnational*; Federação das Mulheres Empresárias e de Negócios da Comunidade dos Estados da África Ocidental (FEBWE/CDEAO); Empresa de Turismo da Etiópia (ETTE); União Europeia (UE); Federação dos Sindicatos da África do Sul (FEDUSA); Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da África Ocidental (FEWACCI); *Femmes Africa Solidarité*; Aliança Global para uma Logística Eficiente (GCEL); *HelpAge Internacional Etiópia*; Instituto para Alternativas Africanas (IFAA); Instituto para Estudos de Segurança (ISS); Organização Internacional de Empregadores (OIE); Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA); *JIC-Développement*, Igreja Kale Hiwot; Liga dos Estados Árabes; Revista *New African*; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE); Observatoire économique et statistique d'Afrique subsaharienne (AFRISTAT); *One Campaign*; *One Laptop per Child* [Um Computador Portátil por Criança]; Escritório de Ligação da Oxfam Internacional junto da União Africana; Câmara de Comércio e Indústria Pan-Africana (PACCI); investigação de Políticas Pan-Africanas; União Pan-Africano dos Correios; *Save the Children*; *Smart Entertainment*; *Tax Justice Network-Africa*; Fundação de Tony Elumelu; Rede do Terceiro Mundo África; União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), Campanha do Milénio das Nações Unidas em África; Universidade de Lile; Universidade de Lomé; Universidade do Cairo; Universidade de Nigéria-Nsukka; Universidade da Gâmbia e *UPBEAT Marketing*.

B. Eleição da Mesa

8. Na sequência das consultas entre as delegações que tiveram lugar antes, os seguintes Estados-membros foram eleitos pela Conferência, por unanimidade, para formar a sua nova Mesa da Conferência:

Presidente:	Gabão
Primeiro Vice-Presidente:	Líbia
Segundo Vice-Presidente:	Suazilândia
Terceiro Vice-Presidente:	Eritreia
Relator:	Côte d'Ivoire

C. Adopção da Agenda e do Programa de Trabalho

9. Os trabalhos da Conferência foram realizados em várias Sessões Plenárias e três Sessões de Painéis Paralelos de acordo com a Agenda a seguir, conforme adoptada pela Conferência.

Tema: Materializar o Potencial de África como um Pólo de Crescimento Global

1. Abertura da Conferência;
2. Eleição da Mesa;
3. Aprovação da Agenda e Programa de Trabalho;
4. Painel de Debate de Alto Nível de sobre o tema da Conferência:
Materializar o Potencial de África como um Pólo de Crescimento Global;
5. Painéis de Debate Paralelos de sobre:
 - Estudo em perspectiva sobre África 2050;
 - Crise de Zona Euro: Impacto e lições para África;
 - Agenda de desenvolvimento Africano Pós-ODM.
6. Relatório dos Painéis de Debates;
7. Lançamento do *Relatório Económico sobre África para 2012*;
8. Análise do relatório e das principais recomendações da reunião do Comité de Peritos da Conferência da UA dos Ministros da Economia e Finanças;
9. Diversos
10. Análise e adopção dos Projectos de Declaração Ministerial e Resoluções
11. Encerramento da Conferência

D. Procedimentos

Abertura da Conferência

10. A Conferência foi aberta por S.E Ato Meles Zenawi, Primeiro-Ministro da República Federal Democrática da Etiópia, que proferiu um discurso sobre o tema da conferência. As Declarações de Abertura foram proferidas pelo Presidente da Mesa cessante da Conferência, S.E. Sr. Souleymane Cissé, Ministro de Planeamento e Chefe da Delegação da República da Guiné; S.E. Sr. Abdoulie Janneh, Subsecretário-Geral das Nações Unidas e Secretário Executivo da CEA e S.E. Dr. Jean Ping, Presidente da Comissão da União Africana (CUA).

11. O Sr. Souleymane Cissé iniciou a sua declaração agradecendo o governo e o povo da Etiópia por acolher a Conferência. Deu as boas-vindas aos dignitários reunidos e outros ilustres delegados à Conferência. Manifestou-se regozijado pelo impressionante desempenho económico de África nos últimos anos observando, em particular, a forte resistência do continente contra o impacto da crise financeira e económica global, uma vez que se prepara para enfrentar a ameaça que representa a actual crise da dívida para a zona Euro. O tema da Conferência de 2012, *Materializar o Potencial de África como um Pólo de Crescimento Global* é, portanto, oportuno e relevante, à luz da recente evolução na economia global. O tema baseia-se igualmente no tema da Conferência do ano anterior: *Gestão do Desenvolvimento em África*, e nos resultados da recente Cimeira do G-20 de Seul em 2010, que reconheceu a crescente importância de África como interveniente na arquitectura global em constante evolução. Concluiu elogiando o Comité de Peritos, que deliberou sobre o Tema nos dias anteriores e elaborou um conjunto de recomendações importantes destinadas a facilitar a realização do potencial de África como um pólo de crescimento global, para análise pela actual Conferência. Manifestou o seu apreço aos Membros da Mesa cessante da Conferência pelo seu trabalho durante o ano passado e desejou sucessos à nova Mesa.

12. Na sua Declaração, o Secretário Executivo da CEA, deu as boas-vindas a todos os participantes da Conferência e agradeceu o Primeiro-Ministro da Etiópia por agraciar a Conferência com a sua presença. Elogiou o Primeiro-Ministro pela sua visão e liderança no desenvolvimento de África, descrevendo-o como um pan-africanista de primeira classe. Agradeceu igualmente a Comissão da União Africana, o Presidente da Comissão da UA, Dr. Jean Ping e todo o seu pessoal pela sua cooperação e compromisso em parceria com a CEA. Nesse sentido, o Secretário Executivo agradeceu ao Vice-Presidente, Sr. Erastus Mwencha e ao Comissário dos Assuntos Económicos, Dr. Maxwell Mkwezalamba, pelo seu envolvimento pessoal em todas as actividades conjuntas das duas instituições.

13. O tema da Conferência deste ano, *“Materializar o Potencial de África como um Pólo de Crescimento Global”*, não poderia vir em melhor altura, dada a forte resposta do continente à crise económica e financeira global. África deve aproveitar agora a actual conjuntura internacional favorável para se transformar. A actual Conferência

proporcionará uma oportunidade para debater as perspectivas de África a curto, médio e longo prazo, como uma contribuição para esse importante objectivo. Nesse sentido, há a necessidade de uma análise e debate mais aprofundado sobre a crise da zona euro e das incertezas globais que podem ter impacto negativo nas perspectivas de crescimento de África. Deve ser igualmente dada atenção a outros factores importantes para o alcance da transformação estrutural, incluindo especialmente (i) aprofundamento da agenda de governação; (ii) melhoria da gestão dos recursos naturais no contexto da Visão Africana de Mineração os resultados da próxima Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20); (iii) atender as necessidades da mulher e dos jovens; (iv) mobilização de recursos internos para o desenvolvimento, incluindo a restrição dos fluxos financeiros ilícitos; (v) explorar as potencialidades do povo africano na Diáspora; (vi) transformação do sector agrícola para garantir a segurança alimentar e superar os riscos de seca e fome; e (vii) reforçar o comércio intra-africano como força motriz do crescimento, no contexto da integração regional.

14. O Secretário Executivo concluiu referindo que a esperança sobre África está em ascensão e reconheceu que o potencial de África de se tornar um interveniente principal global é realista e realizável. No entanto, isso exigirá esforços contínuos e o engajamento activo dos líderes africanos para garantir que o continente contribui para o crescimento e a prosperidade mundial.

15. Na sua declaração, o Dr. Jean Ping, Presidente da Comissão da UA, manifestou a sua gratidão ao governo e ao povo da Etiópia por acolher a Conferência e elogiou o senhor Primeiro-Ministro Meles Zenawi pela sua liderança excepcional. Manifestou igualmente gratidão e apreço ao Sr. Abdoulie Janneh, Secretário Executivo da CEA, pelo reforço da colaboração e parceria entre a Comissão da UA e a CEA. Felicitou o Governo da República da Guiné, Presidente da Mesa cessante da Conferência, pelo trabalho realizado durante o seu mandato. Observou que a Conferência realiza-se num momento marcado por incertezas na economia global, caracterizado por várias crises, incluindo a actual crise da dívida para a zona Euro. Não obstante, os países africanos terem demonstrado uma capacidade notável de resistência aos piores efeitos da crise e retomarem a recuperação do crescimento em 2010. Como evidência dessa notável recuperação, 10 das 15 economias com crescimento mais rápido no mundo hoje, encontram-se em África. Em 2010, dois países africanos registaram um PIB per capita superior ao da China, enquanto seis outros tiveram um PIB per capita superior a Índia. Na verdade, um novo mapa de crescimento global foi se formando e actualmente emergiu um consenso sobre o relançamento económico de África, fundamentado por factores como abundantes recursos humanos e naturais, uma população jovem e em crescimento, melhoria das políticas macroeconómicas e das reformas institucionais e um ambiente propício de investimento e de negócios.

16. Voltando ao tema da conferência, o Presidente observou que a Materialização do Potencial de África como um Pólo de Crescimento Global está ao alcance caso certas condições forem satisfeitas. Em primeiro lugar, devem ser tomadas medidas para garantir que o recente desempenho de crescimento positivo do continente seja traduzido na redução da pobreza e desenvolvimento humano sustentável. Devem

igualmente ser dimensionados esforços para fazer face a uma série de restrições e obstáculos vinculativos que o continente enfrenta, tais como: (i) garantir a estabilidade e o crescimento económico para reduzir a elevada taxa de desemprego e a pobreza; (ii) redução dos conflitos políticos e fazer face aos desafios de governação; (iii) promoção do comércio e do investimento; (iv) desenvolvimento do capital humano e de infra-estruturas; e (v) reforço da integração regional e do comércio intra-africano.

17. O Primeiro-Ministro Meles Zenawi deu as boas-vindas a todos os participantes presentes na conferência e mais uma vez ecoaram a visão e o consenso convencional de que África está, de facto, prestes a se tornar no próximo pólo de crescimento global. O Primeiro-Ministro elogiou a qualidade dos documentos temáticos preparados para a Conferência, observando que destacam de forma útil os factores mais importantes que podem levar África a emergir como o próximo pólo de crescimento global, os abundantes recursos naturais do continente, as vantagens demográficas de uma população jovem e em crescimento e a melhoria da gestão macroeconómica nos últimos anos. Contudo, destacou que os mesmos factores que no passado dificultavam o crescimento e o desenvolvimento de África tornaram-se agora nas principais fontes do seu potencial. Destacou três importantes desenvolvimentos globais que transformaram esses factores em potenciais fontes de um possível pólo de crescimento global para África: (i) o Crescimento na China e na Índia, nas últimas três décadas contribuiu para um aumento dos preços dos recursos naturais, incluindo minerais e produtos agrícolas – Essa tendência global estimulou os investimentos de longo prazo nesses recursos; (ii) Os países de economias emergentes atingiram uma fase em que tiveram que lançar alguns empregos na indústria de manufactura, ao ascenderem na cadeia de valor global, criando assim oportunidades para uma nova onda de industrialização, com a deslocalização da produção intensiva da mão-de-obra em África e outras regiões em desenvolvimento; (iii) a necessidade de superar o desequilíbrio na economia global e compensar a perda no crescimento global, como resultado da enorme dívida nos países desenvolvidos e das enormes reservas nas economias emergentes que devem ser canalizadas de forma produtiva para investimentos nos países em desenvolvimento. Com base nesses três factores, portanto, África teve uma oportunidade única de utilizar a sua vantagem demográfica e de recursos naturais para atrair investimentos e juntar-se a nova onda de deslocalizações industriais.

18. Para explorar a janela de oportunidade, os países africanos devem descartar o paradigma neoliberal do passado que impediu o progresso do continente e o manteve em estado de perpétuo subdesenvolvimento. África deve criar Estados de desenvolvimento eficazes e capazes, investindo no desenvolvimento de infra-estruturas e dos recursos humanos para apoiar a manufactura e a agricultura de valor acrescido, que iria criar repercussões em todo o continente. Sublinhou o importante papel que o Estado desempenha na criação de infra-estruturas sólidas e a formação dos seus cidadãos, enquanto o sector privado deve ser encorajado como um parceiro para fazer face às eventuais lacunas identificadas.

19. Por último, o Primeiro-Ministro concluiu a sua declaração incentivando todos os países africanos a apoiar a candidatura da Dra. Ngozi Okonjo-Iweala, Ministra das

Finanças da Nigéria para a Presidência do Banco Mundial. Referiu que o facto da mesma ser candidata, demonstra haver um vento de mudança no que descreveu como “a cidadela da ideologia neoliberal falida.”

20. Posteriormente, o Primeiro-Ministro declarou a sessão formalmente aberta e desejou aos Ministros muitos êxitos no seu trabalho.

Painel de Debate de Alto Nível de sobre o tema da Conferência: *Materializar o Potencial de África como um Pólo de Crescimento Global* [Ponto 4 da Agenda]

21. O debate sobre o tema da conferência foi liderado por um Painel de Alto Nível de oradores e palestrantes em representação de governos, organizações internacionais e do sector privado, que abordaram vários aspectos do tema. O Painel de Alto Nível composto por S.E. Sr. Pravin Gordhan, Ministro das Finanças da África do Sul; S.E. Sr. Souleymane Cissé, Ministro do Planeamento da Guiné; Dr. Kanayo Nwanze, Presidente do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola; Lord Paul Boateng, antigo Ministro do Governo Britânico; Dr. Frannie Léautier, Secretário Executivo da Fundação Africana de Reforço das Capacidades; Sr. J. S. Koroma, Presidente do Union Trust Bank da Sierra Leone e o Sr. Arnold Ekpe, Director Executivo do Grupo Ecobank Transnational Incorporated. Os debates foram moderados por S.E. Dra. Ngozi Okonjo-Iweala, Ministra das Finanças da Nigéria.

22. Na sua declaração introdutória, a Moderadora observou que a escolha do tema da Conferência deste ano, “**Materializar o Potencial de África como um Pólo de Crescimento Global**”, indica uma mudança na forma como África percebeu o seu papel na economia global. O tema foi igualmente apropriado devido ao elevado crescimento económico constante de vários países africanos nos últimos anos. Iniciou o diálogo, exortando os palestrantes a abordar várias questões instigantes, incluindo as seguintes:

- Como as oportunidades oferecidas pela actual situação de África podem ser aproveitadas para materializar o potencial do continente para se tornar um pólo de crescimento global?
- Como pode África superar a sua escassez de infra-estrutura, incluindo na área das telecomunicações?
- Como os países africanos podem garantir um melhor acesso aos cuidados de saúde para os seus cidadãos?
- Como pode África ser reindustrializada?
- O que pode ser feito para fazer África ascender na Cadeia de valor?
- Como pode ser melhorada a produtividade de África?

- Como África pode beneficiar das oportunidades proporcionadas pelas alterações climáticas?
- Como África pode beneficiar dos empregos na indústria, conforme as economias emergentes ascenderam na cadeia de valor?
- Como África pode materializar o seu potencial de comércio, tanto intra-africano como externo? e
- Como pode África garantir que se torne num importante destino para o investimento?

23. O Sr. Pravin Gordhan iniciou a sua intervenção dizendo que o potencial económico de África está ligado à evolução em outras partes do mundo, tais como a recente crise económica e financeira mundial bem como a actual crise da dívida soberana na Europa. Destacou igualmente as várias transições na ordem económica internacional que iniciou nas décadas de 70 e 80, caracterizada pelos alinhamentos e realinhamentos nas relações económicas entre os países e resultou no facto de muitos credores se tornarem devedores e vice-versa.

24. Na sua opinião, o crescimento económico só não é suficiente para transformar África num pólo de crescimento global. O que é necessário é o crescimento de alta qualidade e inclusivo que crie postos de trabalho, reduza a desigualdade e melhore o bem-estar das pessoas comuns. Os factores que podem contribuir para o crescimento económico de África incluem a sua grande e jovem população, rico património em recursos minerais e melhoria da gestão económica. Em geral, África necessita de um novo caminho de crescimento que incida sobre os investimentos em infra-estruturas, enfatize a produção e posicione o continente numa melhor posição para aproveitar as oportunidades criadas, conforme as economias emergentes tais como a China ascenderam na cadeia de valores. O factor humano, nomeadamente o reforço das capacidades através da formação adequada, é igualmente fundamental para o novo caminho de crescimento. Além disso, os esforços de integração regional tiveram de ser acelerados como parte da estratégia.

25. Na sua intervenção, o Sr. Souleymane Cissé, ressaltou a necessidade dos países africanos terem uma visão comum de onde o continente deve se colocar no futuro. O facto de acontecerem debates sobre a “materialização do potencial da África” implica que o actual potencial seja contido, ressaltando a necessidade de uma análise dos factores que impedem a transformação económica do continente. As principais restrições identificadas incluem a má governação económica, política e jurídica e a escassez de infra-estruturas, incluindo energia e a baixa produtividade do sector agrícola, na qual a maioria da população rural depende para o seu sustento. A mobilização de financiamentos para o desenvolvimento e a corrupção foram igualmente identificados como restrições à transformação económica em África.

26. O Dr. Kanayo Nwanze fez a sua intervenção incidindo principalmente sobre o papel da agricultura no crescimento económico de África, sublinhando que a agricultura continua a ser um sector fundamental na economia dos países africanos, foi explorada de forma insuficiente, apesar do seu enorme potencial. O principal desafio do desenvolvimento em África foi a débil liderança em todos os sectores e a todos os níveis. Os africanos devem mudar as suas mentalidades e ir além de falar sobre potencialidades, uma vez que as potencialidades não alimentam as pessoas com fome. Devem ser empreendidos passos positivos no sentido da implementação plena dos programas e projectos que teriam um impacto tangível sobre a vida das pessoas. Foi igualmente sublinhada a importância de se desenvolver um quadro multisectorial de desenvolvimento pós-ODM e de garantir que a mudança em África seja feita internamente e não imposta de fora do continente.

27. Na sua apresentação, Lord Paul Boateng destacou vários conceitos relevantes para o crescimento equitativo e sustentável, incluindo os seguintes: unidade na diversidade; capacidade de adaptação política e flexibilidade de mercado; competição e cooperação; integração regional; ciência e tecnologia, incluindo a investigação e o desenvolvimento, com reconhecimento e motivação da inovação doméstica. Sublinhou a importância de garantir que as receitas políticas apoiem a inovação e que os países africanos aumentem os seus investimentos na investigação e desenvolvimento, especialmente uma vez que é actualmente insignificante e estima-se em menos de 0,3 por cento do PIB. É igualmente importante criar mecanismos adequados para proteger os direitos de propriedade intelectual. Concluiu sublinhando a necessidade dos países africanos aumentarem o seu investimento no ensino superior e apontar para o capital humano de mais alta qualidade. Por uma questão de princípio, sublinhou que *“apenas o melhor deve ser considerado suficientemente bom para África.”* A integração e a cooperação regional devem igualmente ser promovidas através do desenvolvimento de infra-estruturas regionais, incluindo estradas, caminhos-de-ferro e portos.

28. Na sua apresentação, a Dra. Frannie Léautier sublinhou a necessidade dos países africanos explorarem ao máximo as suas riquezas naturais para acelerar o seu desenvolvimento. O investimento na investigação é igualmente fundamental, especialmente no contexto da busca de novas oportunidades, incluindo novas fontes de crescimento e investimento no futuro. Os países africanos devem igualmente ser inovadores e aprender com as experiências de desenvolvimento de outros países. Igualmente importante é a necessidade da boa governação e liderança para criar as condições e ambiente necessários para todos os segmentos da sociedade contribuírem para o processo de desenvolvimento. Igualmente necessário é um melhor sistema de gestão de informações laborais. No geral, é necessário que África identifique e invista em novas fontes de crescimento. Deve igualmente ser dada atenção ao desenvolvimento de infra-estruturas, incluindo redes e mercados de energia de vários países, redes de transportes regionais, gestão da água, tecnologias de informação e comunicação (TIC), agricultura e formação e desenvolvimento das habilidades, incluindo o aproveitamento do potencial da diáspora africana.

29. Na sua intervenção, o Sr. Koroma sublinhou a importância de instituições financeiras fortes para alcançar o crescimento económico e a transformação em África. Destacou que o sector informal representa uma parte considerável da economia de África e, referiu-se à necessidade desta situação ser reduzida. Destacou igualmente que os países africanos não possuem mecanismos necessários para resgatar os seus bancos falidos, ao contrário de países com sistemas e mercados financeiros mais desenvolvidos. África não devia, portanto, depender de estruturas e mecanismos financeiros existentes, que datam da era colonial, se quiser se tornar um novo pólo de crescimento global. Ao concluir, o Sr. Koroma observou que os sistemas financeiros fortes contribuem para impulsionar o comércio, a mobilização de recursos e fazer face às crises económicas.

30. O Sr. Arnold Ekpe, debruçando-se sobre a importância da abertura dos mercados, observou que o pleno potencial económico do continente não foi alcançado devido à fragmentação significativa entre os países africanos que impediu o comércio e o investimento através das fronteiras. Posteriormente observou que alguns países africanos possuem recursos significativos para investir em outros países do continente. O investimento intra-africano requer a livre circulação de capitais bem como a livre circulação de pessoas, especialmente profissionais. Igualmente importante é a necessidade de políticas para promover os investimentos intra-africanos e fortalecer as infra-estruturas financeiras de África, que é fundamental no financiamento do desenvolvimento no continente. Ao concluir, o Sr. Ekpe sugeriu que seja realizada uma Cimeira intra-africana para debater o investimento intra-africano em apoio ao desenvolvimento do continente.

31. O moderador resumiu, apresentando várias questões que destacaram as principais mensagens das apresentações dos painéis. As questões definem o tom para os debates gerais que se seguiram:

- Onde deverá estar África em 25 anos?
- Como é possível alcançar um crescimento económico inclusivo?
- Como podem ser dadas respostas às necessidades da juventude de África? e
- Como pode ser facilitada a livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais em todo o continente?

32. O moderador destacou igualmente a importância da visão e planeamento de longo prazo, semelhante à experiência chinesa sob Jiang Zemin. Apelou aos participantes para que nas suas intervenções se concentrassem nas oportunidades e não nos desafios, uma vez que os desafios já eram bem conhecidos.

33. Para complementar as questões acima, os debates que se seguiram incidiram sobre vários problemas e factores que podem ajudar a materializar o potencial de África como um pólo de crescimento mundial, incluindo as seguintes: desenvolvimento do

capital humano; o papel do Estado e do sector privado no desenvolvimento económico; apropriação africana da agenda de desenvolvimento do continente; financiamento do desenvolvimento; crescimento inclusivo; má implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento; papel da diáspora no desenvolvimento de África; integração regional; parcerias e desenvolvimento industrial. Os debates foram igualmente informados pelo documento temático e recomendações da reunião de peritos sobre o tema da Conferência.

34. Vários oradores reconheceram a importância do desenvolvimento do capital humano para a transformação de África e ressaltaram a necessidade de maior investimento no ensino superior, bem como a reforma dos sistemas de ensino de África para satisfazer as necessidades dos mercados de trabalho nacionais e internacionais.

35. Vários oradores aprovaram o comentário do Primeiro-Ministro de que África necessita de Estados de desenvolvimento com um sector público eficaz em estreito funcionamento com o sector privado vibrante, com melhor acesso ao financiamento. Em geral, foi sublinhada a necessidade de uma liderança visionária e burocracias capazes de prosseguir a agenda de transformação estrutural. De igual modo, foi enfatizada a necessidade de apropriação e da liderança africana da agenda de desenvolvimento do continente. Autoconfiança deve ser igualmente importante se África quiser realizar a sua visão de se tornar um pólo de crescimento global.

36. Os participantes apoiaram igualmente a ideia de uma Cimeira “Intra-africana” destinada a facilitar investimentos entre os países africanos.

37. A Conferência destacou a necessidade de África reduzir a sua dependência na Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) e colocar maior ênfase nos investimentos nacionais e estrangeiros. Destacou igualmente a importância de reforçar as infra-estruturas financeiras do continente, observando, nesse sentido, que o aumento das reservas domésticas representa um contributo importante. O Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e outros fluxos de capitais para África, bem como medidas para reduzir os encargos da dívida, especialmente para países de baixa renda e menos desenvolvidos, foram igualmente identificados como parte do conjunto de recursos necessários para financiar o desenvolvimento de África. Nesse sentido, a Conferência sublinhou que África deve “falar a uma só voz” e harmonizar a sua posição sobre a gestão da dívida e o envolvimento com os credores. Nesse sentido, a importância das remessas e a contribuição da diáspora para o financiamento do desenvolvimento foram igualmente destacadas.

38. Além disso, a Conferência apelou para uma estratégia coordenada entre os países africanos no envolvimento com os parceiros externos, a fim de maximizar os benefícios das referidas parcerias, como forma de promover a agenda de desenvolvimento do continente.

39. Vários Ministros observaram que o crescimento e o desenvolvimento inclusivo devem ser uma prioridade urgente para África, tendo em conta o facto do recente elevado crescimento económico do continente não ter-se traduzido em resultados tangíveis para a maioria dos africanos. Nesse sentido, a Conferência destacou a necessidade de colocar a redução da pobreza e o desenvolvimento social no centro das estratégias nacionais de desenvolvimento. É agora essencial deliberar sobre políticas para reduzir as desigualdades e promover a inclusão. É momento de África se concentrar no que o seu povo quer – empregos dignos, salários que assegurem uma vida digna, acesso aos serviços básicos e uma governação melhor e mais responsável.

40. Alguns participantes lamentaram o mau registo de África na implementação de estratégias e compromissos de desenvolvimento derivados das grandes conferências e sublinharam a necessidade urgente de quebrar o “mau ciclo de implementação”. Em particular, deve dar-se atenção à implementação das recomendações e dos resultados da actual Conferência.

41. No que diz respeito ao desenvolvimento industrial, a Conferência instou os países africanos a aproveitar as oportunidades criadas pela deslocalização global da produção, especialmente das economias emergentes que ascenderam na cadeia de valor global. Neste contexto, a investigação e o desenvolvimento, bem como as TIC são vitais. A utilização de novas tecnologias e estratégias produtivas são fundamentais na ascensão na cadeia de valor global e alcançar um estatuto de rendimento médio.

Conclusões e Recomendações

42. A opinião geral decorrente dos debates foi de que o potencial de África como um pólo de crescimento global pode ser materializado caso determinadas acções forem tomadas pelos países africanos e seus parceiros de desenvolvimento, na abordagem de alguns dos desafios destacados. Para o efeito, dos debates surgiram as seguintes recomendações principais:

- Os países africanos devem analisar os seus sistemas de ensino e intensificar o investimento no ensino superior;
- Os países africanos devem, em colaboração com as organizações sub-regionais e continentais, desenvolver uma visão de longo prazo para orientar o desenvolvimento socioeconómico do continente;
- Os países africanos devem, em colaboração com as organizações sub-regionais e continentais, bem como outras partes interessadas, organizar uma Cimeira de “África para África” destinada a facilitar o investimento entre os países africanos;
- Os países africanos devem facilitar o acesso ao financiamento do desenvolvimento para jovens empresários;

- Os países africanos devem desenvolver uma posição harmonizada em matéria de gestão da dívida e do envolvimento com credores; e
- Os países africanos devem, em colaboração com organizações sub-regionais e continentais, desenvolver uma estratégia abrangente para colaborar com os parceiros externos, especialmente nas economias emergentes.

Apresentação Especial de S.E. Embaixador Walter Fust, da Fundação Africana de Inovação, sobre *Inovações para o crescimento e desenvolvimento em África*

43. Na sequência dos debates sobre o tema da Conferência, o Presidente da reunião convidou o Embaixador Walter Fust, Presidente da Fundação Africana de Inovação (AIF), uma organização sem fins lucrativos baseada na Suíça, a prestar uma breve informação à Conferência sobre inovações para o crescimento e desenvolvimento em África. Na sua intervenção, o Embaixador Fust sublinhou o importante papel da inovação no desenvolvimento económico e social. A inovação cria valor, empregos e receitas; gera demanda e leva a novas oportunidades económicas e transformação económica. Para a inovação prosperar e ter sucesso, é necessário um ambiente propício. Isso incluiu a boa governação, um regime de propriedade intelectual forte, acesso ao capital, conhecimento, infra-estruturas adequadas e aprendizagem contínua. A inovação é a combinação de um processo inventivo e empresarial para criar novo valor económico. O empreendedorismo e o capital de risco são igualmente essenciais para a inovação. Apesar dos mecanismos de mercado poderem conduzir a soluções para o desenvolvimento, não podem substituir os Estados e a sua função fundamental de prestação de liderança e criação de um ambiente propício para as actividades do sector privado. Concluiu referindo que o objectivo da AIF foi o de promover o crescimento e o desenvolvimento sustentável em África através da busca da ciência, tecnologia e escolha de carreiras entre os jovens homens e mulheres africanos e especialmente para desenvolver soluções inovadoras com um grande potencial de comercialização. Nesse sentido, mencionou que a Fundação, em colaboração com a CEA, lançará o Prémio de Inovação para África, durante um evento organizado à margem da presente Conferência.

Painéis de debate paralelos sobre as principais questões no desenvolvimento de África [Ponto 5 da Agenda]

44. Sob este Ponto da Agenda, foram organizadas três sessões de painéis paralelos para permitir debates aprofundados sobre as seguintes três questões actuais no contexto do tema da Conferência:

- Estudo em perspectiva sobre África 2050;
- Crise da Zona Euro: Impacto e lições para África;
- Agenda de desenvolvimento Africana Pós-ODM.

45. As três sessões dos painéis paralelos contaram com a presença de vários Ministros, Governadores de Bancos Centrais, Altos Funcionários e Peritos das Nações Unidas e outras organizações, incluindo representantes da sociedade civil e do sector privado. Os debates foram informados pelos documentos técnicos de base elaborados pelo Secretariado, bem como por várias apresentações dos painéis e experiências nacionais.

I. Painel sobre o Estudo em Perspectiva sobre África 2050

46. A sessão do painel foi co-presidida por S.E. Sr. Benjamin Mkapa, antigo Presidente da Tanzânia e Co-Presidente do Fórum de Mercados Africanos Emergentes e S.E. Sr. Horst Köhler, antigo Presidente da Alemanha e Co-Presidente do Fórum de Mercados Africanos Emergentes. A sessão foi constituída por seis eminentes palestrantes: S.E. Dr. Shamsudeen Usman, Ministro do Planeamento Nacional e Vice-Presidente da Comissão de Planeamento Nacional da Nigéria; Sra. Sheila Sisulu, Directora Executivo Adjunta do Programa Alimentar Mundial; Sr. Essop Pahad, antigo Ministro junto da Presidência da África do Sul e Editor da Revista *"The Thinker"*; Professor Kako Nubukpo da Universidade de Lomé, Togo; Professor Benjamin Turok, Director do Instituto Pan-Africano de Investigação de Políticas para Alternativas Africanas e Sr. Harinder Kohli, Presidente e Director Executivo do Grupo Internacional Centenário e Director Fundador do Fórum de Mercados Africanos Emergentes. Os co-presidentes e todos os seis palestrantes centraram as suas intervenções sobre as questões fundamentais relacionadas com a necessidade de uma visão Africana rumo ao ano de 2050.

47. O Secretário Executivo da CEA, S.E. Sr. Abdoulie Janneh fez a apresentação da sessão do painel e prestou uma breve informação sobre o *Estudo em Perspectiva sobre África 2050*, destacando o seu objectivo e fundamento. Referiu que o potencial de África como um pólo de crescimento global e as suas perspectivas a longo prazo continuaram ameaçados pelas grandes incertezas na economia mundial, pelo facto da maioria das economias africanas é fortemente dependente da exportação de recursos naturais. Destacou a necessidade do continente desenvolver uma estratégia sólida e introspecção no seu caminho de desenvolvimento para vislumbrar onde quer estar nos próximos 30 a 40 anos. O estudo irá explorar o futuro de África e analisar como a produtividade e a competitividade em todo o continente podem ser melhorados, aproveitando a actual boa sorte do continente para alcançar o crescimento, o desenvolvimento e a transformação sustentáveis. É nesse sentido que se irá levar a cabo o estudo em perspectiva sobre África 2050.

48. O estudo terá plenamente em conta a dinâmica demográfica do continente, uma vez que constitui o fundamento do planeamento do desenvolvimento. Irá igualmente prestar atenção às questões entre gerações. Relativamente à metodologia, vários peritos renomados (aproximadamente 15) serão seleccionados de todo o continente, para realizar o estudo.

49. Na sequência da apresentação do Secretário Executivo da CEA, os palestrantes compartilharam as suas perspectivas sobre o futuro de África, abordando uma série de questões importantes, incluindo a importância da boa governação, liderança política e instituições fortes; dinâmica demográfica; a necessidade da diversificação económica e de valor acrescentado; desenvolvimento do sector privado; educação e formação; planos de desenvolvimento orientados a longo prazo e apropriação africana do processo de desenvolvimento. Outras questões principais abordadas pelos palestrantes incluíam a importância da segurança alimentar para o desenvolvimento sustentável; a participação e o engajamento de todas as partes interessadas e o forte compromisso com a implementação e acesso e disponibilidade de dados relevantes para verificar o progresso.

50. No debate geral que se seguiu, os participantes saudaram a iniciativa da CEA de elaborar uma visão geral do continente para o ano de 2050. O debate incidiu sobre várias questões principais, incluindo o objectivo, abordagem, âmbito, estrutura e financiamento para o estudo em perspectiva. Nesse sentido, os participantes sublinharam a necessidade do estudo ser alargado e profundo que sublinhe o princípio da inclusão e apropriação africana e com incidência na implementação e resultados. Foi enfatizado o papel dos parceiros de desenvolvimento no apoio ao estudo. É importante que o estudo tenha como base um plano concreto que inclua detalhes sobre como as visões nacionais e sub-regionais de desenvolvimento seriam harmonizadas à visão geral do continente. O prazo para a realização do estudo (considerado demasiado curto por muitos) bem como a necessidade de colaborar com outras instituições e académicos africanos que realizam estudos e projectos semelhantes no continente foram igualmente enfatizados. Um ponto importante que foi repetidamente destacado durante o debate foi a necessidade do estudo evitar comparações entre África como um continente e as economias emergentes, como a Índia, China e o Brasil, dada a diversidade do continente bem como as suas diferentes condições e necessidades.

51. O estudo proposto deverá ter em conta uma série de questões importantes, incluindo alterações demográficas, alterações climáticas, globalização, a evolução geopolítica, especialmente no tocante aos recentes acontecimentos no Norte de África, a integração regional (particularmente nas áreas de infra-estruturas, agricultura, energia, coesão social, a necessidade do acrescento de valor, fuga de cérebros, fluxos financeiros ilícitos, segurança alimentar, a governação e a capacitação da juventude. Deve incidir inicialmente em determinados sectores importantes e alargar-se a outros sectores com o tempo. Foi sublinhada a importância de um quadro eficaz de monitorização e avaliação.

Conclusões e Recomendações

52. À luz dos debates acima, foram elaboradas as seguintes conclusões e pontos do acordo sobre a via a seguir para o estudo:

- A visão continental 2050 deve ter em conta as visões nacionais e sub-regionais e planos de desenvolvimento existentes. O processo deve

igualmente ser consultivo e suficientemente abrangente para garantir a participação dos Estados-membros;

- Há a necessidade de um envolvimento mais sólido do sector privado na formulação da visão continental e no desenvolvimento do continente. É chegado o momento de reconhecer o papel construtivo do sector privado e encorajar a sua participação no processo de desenvolvimento. A Conferência destacou igualmente a necessidade do reforço das parcerias público-privadas para o desenvolvimento;
- Há a necessidade de priorizar as medidas a serem tomadas para promover a visão de desenvolvimento, tendo em conta os limitados recursos do continente.

II. Painel sobre a Crise da Zona Euro: Impacto e Lições para África

53. Os debates sobre o tópico foram liderados por um Painel de Alto Nível composto pelo Professor Njuguna Ndung'u, Governador do Banco Central do Quênia; Sr. Jean-Baptiste Compaoré, Vice-Governador do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) e Dr. Abdoulaye Bio-Tchane, antigo Director do Departamento Africano do FMI. O debate foi moderado pelo Dr. Perks Ligoya, Governador do *Reserve Bank* do Malawi.

54. Nas suas breves observações introdutórias, o Dr. Perks Ligoya apresentou um antecedente sobre a Crise da Zona Euro. Observou com preocupação que logo que o mundo mostrava finalmente sinais de recuperação da crise financeira de 2008-2009, a economia mundial está mais uma vez à beira de um colapso, como resultado da crise da dívida soberana de alguns Estados-membros da União Europeia, o que coloca desafios sérios para o crescimento e o desenvolvimento de África. Destacou os mecanismos de transmissão e os possíveis efeitos da Crise da Zona Euro nos países africanos, que incluem o comércio e a diminuição da procura das exportações africanas para a Europa, riscos soberanos, incluindo reduções na APD e os riscos de liquidez que podem afectar outros fluxos financeiros como IDE e as remessas dos emigrantes. Outros efeitos a longo prazo incluem uma redução da taxa de crescimento do PIB de África, redução dos gastos no sector social, aumento do desemprego, vulnerabilidade e pobreza. Para fazer face ao impacto da Crise da Zona Euro nas economias africanas, apresentou algumas soluções, que incluíam, entre outras, a diversificação económica, reforço da cooperação Sul-Sul e promoção da integração regional e comercial intra-africana.

55. As apresentações do painel abordaram vários aspectos da Crise da Zona Euro, incluindo as características distintivas da recente crise financeira global, os canais de transmissão e identificaram igualmente as potenciais respostas políticas para os países africanos.

56. Com base nas contribuições apresentadas pelos palestrantes e nos debates posteriores, houve um consenso geral sobre o potencial impacto da Crise da Dívida da Zona Euro nas economias africanas, particularmente como resultado de uma série de factores e processos estruturais. Os seguintes pontos principais e recomendações políticas resultaram dos debates:

- Os países africanos não devem *sentar e esperar* pelos europeus para resolver a crise, mas devem começar a tomar medidas próprias para limitar o contágio e encorajar forças motrizes alternativas de crescimento;
- A manutenção da solidez fiscal e da estabilidade macroeconómica devem ser prioridades para as economias africanas. Além disso, há que envidar maiores esforços para diversificar os parceiros comerciais e os produtos, aumentar os capitais de atenuação para os bancos e gerir os fluxos de capital de efectiva. Da mesma forma, há a necessidade de criar um espaço fiscal e uma administração fiscal forte para reforçar a mobilização de recursos e reduzir a evasão;
- Apesar das respostas políticas da crise de 2008-2009 terem sido sobre a prevenção da crise, agora a principal estratégia deve incidir na busca de soluções a longo prazo. Os governos devem aprovar as reformas necessárias para melhorar o seu ambiente de negócios no mercado interno e proporcionar os incentivos adequados para iniciar o estímulo da procura interna;
- Há evidências claras de que a actual Crise da Zona Euro originou da dívida pública insustentável. No entanto, isso não provou que a dívida pública era má. Apelou apenas aos países no sentido de garantir que os recursos emprestados fossem investidos de forma prudente nos sectores que possam gerar recursos para prestação de serviços de dívida. A transparência e a credibilidade são igualmente elementos importantes da política económica;
- De igual modo, a Crise de Zona Euro ressaltou a necessidade da integração regional, particularmente na concretização da União Monetária e adesão aos compromissos e normas regionais acordadas, incluindo soluções regionais coordenadas para os problemas;
- Por seu lado, os países desenvolvidos devem demonstrar liderança e coordenação, combatendo a Crise da Dívida soberana Europeia com carácter de urgência, antes que esta leve a uma grande recessão.

III. Painel sobre a Agenda para o Desenvolvimento Africano pós-ODM

57. O Painel de Alto Nível sobre a agenda do desenvolvimento africano pós-ODM foi constituída por: S.E. Jameleddine Gharbi, Ministro do Desenvolvimento Regional e Planeamento da Tunísia; S.E. Cheick Sidi Diarra, Subsecretário-geral, Assessor Especial para África e Alto Representante do Secretário-geral das Nações Unidas para

os Países Menos Desenvolvidos; Sr. Charles Abugre, Director Adjunto da Campanha do Milénio para a África; Sr. Zéphirin Diabré, antigo Administrador Associado do PNUD; Sr. Jay Naidoo, antigo Ministro junto da Presidência da África do Sul e Presidente do Conselho de Parceria da Aliança Global para a Melhoria da Nutrição (GAIN); Sr. Mario Pezzini, Director do Centro de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e o Sr. Robert Liebenthal, Economista de Desenvolvimento e antigo Assessor para a Região de África do Banco Mundial. O debate foi moderado pelo Dr. Maxwell Mkwezalamba, Comissário dos Assuntos Económicos da UA.

58. O painel de debates fez um balanço dos progressos e dos desafios para a consecução dos ODM até 2015, bem como da Agenda de Desenvolvimento Africano para além de 2015. Em particular, o painel abordou as seguintes importantes questões para avançar para além de 2015; O Comissário destacou que vários aspectos devem ser considerados para fazer avançar para além de 2015. “Devem os ODM continuar na sua forma actual, simplesmente com um alargamento do ano limite? Devem as metas e indicadores ser substancialmente revistos para reflectir a alteração das prioridades de desenvolvimento? Deve haver uma nova agenda de desenvolvimento geral?”

59. Os progressos rumo à realização dos ODM em África têm sido diversificados. Foram feitos progressos notáveis em alguns indicadores, tais como a inscrição líquida no ensino primário, a paridade do género no ensino primário, representação da mulher nos órgãos de tomada de decisões, cobertura de imunização e contenção da propagação do VIH/SIDA. No entanto, a qualidade da educação continua uma preocupação e os progressos têm sido muito lentos nos ODM relacionados com a saúde, tais como a mortalidade materna e infantil e acesso ao saneamento. Por outro lado, a redução das desigualdades no acesso aos serviços sociais básicos continua a ser um grande desafio.

60. As recomendações dos palestrantes incluíram a necessidade de uma agenda de desenvolvimento Mais-ODM, que teria em conta metas e resultados a nível nacional e regional. O novo quadro deve centrar-se no desenvolvimento humano, governação, valor acrescentado, monitorização e avaliação, mobilização de recursos e criação de empregos. O processo deve ser abrangente e envolver todos os intervenientes.

Conclusões e Recomendações

61. As principais questões e recomendações que surgiram dos debates gerais incidiram, entre outros, sobre a necessidade de: integrar os ODM nos planos nacionais de desenvolvimento e incidir sobre as principais áreas prioritárias; a necessidade de adoptar uma abordagem intersectorial para implementar e investir em estatísticas baseadas em evidências de planeamento e implementação. Muitos participantes sublinharam a necessidade dos resultados da próxima Conferência Rio+20 sobre desenvolvimento sustentável servirem de base a agenda de desenvolvimento para além de 2015.

62. Os debates destacaram igualmente certas áreas como particularmente importantes para uma agenda de desenvolvimento africana para além de 2015, como a água e o saneamento, o idoso e a pobreza extrema. Por outro lado, foi sublinhada a questão da inclusão e da sustentabilidade. Dos debates, surgiram as seguintes recomendações específicas:

- Os países africanos devem desempenhar um papel mais assertivo na formulação da agenda de desenvolvimento pós-ODM. Isso exigirá uma visão e estratégia comum;
- A agenda pós-ODM deve ser informada pelas prioridades nacionais de desenvolvimento. As metas devem reflectir melhor as condições locais e os meios limitados com os quais um país tenha que os realizar;
- Os países africanos devem investir em estatísticas para orientar a produção de dados estatísticos de qualidade, comparáveis e oportunos no continente e, posteriormente, informar os debates políticos. Nesse sentido, os Estados-membros são instados a ratificar e aprovar a Carta Africana de Estatísticas;
- Os países africanos devem colocar ênfase no desenvolvimento e implementação de políticas e estratégias nacionais com vista a alcançar o novo quadro de desenvolvimento. Essas políticas devem incidir sobre várias áreas importantes, incluindo a liderança empenhada, a boa governação, a mobilização de recursos domésticos, a protecção social, o género, o emprego e a capacitação da juventude, entre outros. Além disso, o novo quadro de desenvolvimento deve integrar igualmente os princípios gerais dos direitos humanos em todas as dimensões;
- O processo para a preparação da agenda para além de 2015 deverá envolver consultas alargadas das partes interessadas a nível local, nacional, sub-regional e continental para permitir a apropriação e a responsabilização. Este processo deve ser concluído e apresentado um relatório à Conferência de Ministros de 2013, e, subsequentemente, apresentado à Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da UA, em Julho de 2013 e à Assembleia Geral, em Setembro de 2013.

Relatórios dos Painéis de Debate [Ponto 6 da Agenda]

63. Os relatórios dos três painéis de sessões paralelas foram apresentados e debatidos nos termos do Ponto 6 da Agenda. Um relato detalhado dos debates está reflectido no Ponto 5 da Agenda acima.

Apresentações especiais sobre as principais iniciativas de desenvolvimento

64. Na sequência da apresentação dos relatórios dos painéis de sessões paralelas, o Presidente convidou o Dr. Mark Drabenstoff, Secretário-Geral da Aliança Global para

Logística Eficiente (GCEL), a informar à Conferência sobre a iniciativa *Humawealth*. O Dr. Mark Drabenstoff salientou a importância da inovação e eficiência, que são catalisadores para o desenvolvimento. Sublinhou igualmente a necessidade de se mover para uma economia digital para estabelecer relações com os pontos fortes da África, bem como ligar África ao resto do mundo. Em particular, África deve estabelecer relações com a China uma vez que ascendeu na Cadeia de valor e reduziu a sua dependência dos EUA, devido ao impacto negativo da crise financeira global, e requer recursos de África. Indicou que uma plataforma de comércio digital está a ser desenvolvida como parte da iniciativa que irá impulsionar o comércio e o investimento entre a África e o resto do mundo. A plataforma não terá custo algum para África. Por exemplo, na Côte d'Ivoire, os produtores de cacau têm sido capazes de obter melhor acesso ao mercado através das referidas plataformas.

Lançamento do Relatório Económico sobre África para 2012 [Ponto 7 da Agenda]

65. Sob este Ponto da Agenda, realizou-se um evento de imprensa breve para o lançamento do *Relatório Económico sobre África para 2012*, uma publicação conjunta da CEA e CUA, que abordou o mesmo tema como o da Conferência, **“Materializar o Potencial de África como um Pólo de Crescimento Global”**. O relatório foi lançado oficialmente pelo Sr. Abdalla Hamdok, Secretário Executivo Adjunto da CEA e Dr. Maxwell Mkwezalamba, Comissário dos Assuntos Económicos da CUA.

66. No seu discurso durante o lançamento do relatório, o Sr. Hamdok referiu que se África tiver que se tornar num pólo de crescimento global deverá manter a sua actual dinâmica de crescimento durante outras duas décadas e implementar reformas ousadas e inovadoras nas áreas de governação política e económica. A inovação e o desenvolvimento de infra-estruturas são igualmente áreas importantes que precisam de atenção. Nesse sentido, o Prémio de Inovação para África (IPA), outorgado durante essa semana para ilustres inovadores, foi um bom exemplo de como a CEA e a Fundação de Inovação de África promovem a inovação para o desenvolvimento de África. O relatório deverá estimular o debate entre as partes interessadas, incluindo a comunidade de negócios internacional, sobre as principais acções necessárias para materializar o potencial de África como um pólo de crescimento global.

67. No seu discurso, o Dr. Mkwezalamba descreveu o ERA 2012 como um trabalho embrionário que teve uma abordagem cautelosa e diferenciada na análise das actuais taxas de crescimento de África. As recomendações contidas no relatório podem ajudar o continente a ultrapassar o seu desenvolvimento e levar a um crescimento amplo e inclusivo. África deve, de facto, aproveitar as oportunidades proporcionadas pelo novo surto de crescimento para se transformar e melhorar a vida do seu povo.

68. O Sr. Emmanuel Nnadozie, Director da Divisão de Desenvolvimento Económico e NEPAD da CEA e o Dr. Rene Kouassi N'guetta, Director para os Assuntos Económicos da CUA fizeram apresentações sobre as principais mensagens do relatório, incluindo o destaque dos principais resultados e desafios.

Análise do relatório e das principais recomendações da reunião do Comité de Peritos da Conferência da UA dos Ministros da Economia e Finanças [Ponto 8 da Agenda]

69. Sob este Ponto da Agenda, a Conferência considerou um projecto de relatório da reunião do Comité de Peritos, juntamente com 16 projectos de resoluções recomendados pelo Comité. Na sequência de prolongados debates sobre algumas das questões do relatório e algumas das resoluções, a Conferência adoptou o relatório e as resoluções em anexo com algumas alterações. A Conferência concordou em analisar e adoptar uma resolução adicional, apoiando a candidatura da Dra. Ngozi Okonjo-Iweala para a Presidência do Banco Mundial.

Diversos [Ponto 9 da Agenda]

70. Sob este Ponto da Agenda, a Conferência acolheu com agrado a oferta do Governo da Côte d'Ivoire para acolher a Sexta Reunião Anual Conjunta da Conferência da UA dos Ministros da Economia e Finanças e da Conferência da CEA dos Ministros das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico em Abidjan, Côte d'Ivoire, em 2013.

71. O Ministro das Finanças de Moçambique observou que são realizadas muitas reuniões e resoluções e sugeriu que sejam reduzidas no futuro. Ressaltou a necessidade de fazer uma melhor utilização das TIC, incluindo videoconferências para a interacção entre os Estados-membros.

72. O Ministro das Finanças do Sudão do Sul congratulou-se com a oportunidade dada ao seu país, como um novo Estado-membro, de participar na Conferência deste ano e manifestou a sua gratidão pela admissão do Sudão do Sul ao grupo.

Análise e adopção dos Projectos de Declaração Ministerial e Resoluções [Ponto 10 da Agenda]

73. Sob este Ponto da Agenda, a Conferência analisou uma versão do projecto da Declaração Ministerial da Reunião. Algumas delegações fizeram comentários gerais e observações sobre as diferentes secções do projecto de declaração, e propuseram pequenas correcções e alterações para melhorar o projecto.

74. A Conferência adoptou por unanimidade o projecto da Declaração Ministerial à luz das suas observações e alterações. A versão alterada da Declaração Ministerial está anexa ao presente relatório como Anexo I.

Encerramento da Conferência [Ponto 11 da Agenda]

75. S.E. Ali Boukrami, Ministro do Planeamento e Estatísticas da Argélia, apresentou o Voto de Agradecimento em nome de todos os Ministros presentes na conferência e sublinhou a necessidade de implementar as suas decisões e resultados da

Conferência. As declarações finais foram igualmente proferidas pelo Sr. Erastus Mwencha, Vice-Presidente da Comissão da UA.

76. Na sequência das habituais trocas de cortesias, o Presidente declarou encerrada a reunião.

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Adis Abeba, Ethiopia P. O. Box 3243 Telephone: 5517 700 Fax: 5517844
Website: [www. Africa-union.org](http://www.Africa-union.org)

EX.CL/724 (XXI)
Anexo

DECLARAÇÃO MINISTERIAL



**CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL
DAS NAÇÕES UNIDAS
COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA**

Quadragésima Quinta sessão da Comissão Económica para África

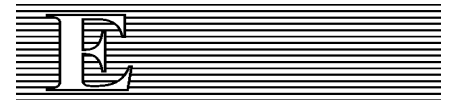
**5ª Reunião Anual Conjunta da Conferência de Ministros da
Economia e Finanças da UA e da Conferência dos Ministros
Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento
Económico da CEA**

Adis Abeba, Etiópia
26 – 27 de Março de 2012



**COMISSÃO DA UNIÃO
AFRICANA**

Sétima reunião da CAMEF



Distr.: GERAL

E/ECA/CM/45/6
AU/CAMEF/MIN/Res(VII)
Data: 27 de Março de 2012

Original: INGLÊS

DECLARAÇÃO MINISTERIAL

DECLARAÇÃO MINISTERIAL

1. Nós, Ministros Africanos de Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico, reunidos em Adis Abeba nos dias 26 e 27 de Março de 2012, por ocasião da Quinta Reunião Anual Conjunta da Conferência de Ministros da Economia e Finanças da União Africana (UA) e da Conferência de Ministros das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA).

2. Acolhemos no nosso meio pela primeira vez, a presença e participação da delegação do Sudão do Sul, o novo estado Africano. Como já tem sido de costume, acolhemos igualmente a presença e participação dos Governadores de Bancos Centrais de muitos dos nossos países E sub-regiões.

3. As nossas deliberações centram-se sobre o tema: *Materializar o Potencial da África como um Pólo de Crescimento Global*, tema esse que consideramos ser oportuno e pertinente. Passado um longo período de declínio e baixo crescimento, que abarcou as décadas de 80 e 90, é agradável notar que o nosso continente ressurgiu no século XXI, como uma região cheia de oportunidades e possibilidades. Factores tais como melhorias na governação, ambiente macroeconómico melhorado e estável, clima empresarial aprimorado, taxas elevadas de retorno sobre investimentos, recursos naturais abundantes e preços de bens de primeira necessidade mais acessíveis, urbanização crescente, uma classe média vasta, e potencialidades de mercados promissores, contribuíram no sentido de elevar a África para uma era de crescimento sustentável. De facto, a África já transitou da sua trajectória morosa recente para uma das regiões do mundo com crescimento mais acentuado, alcançado na última década, um ritmo de crescimento anual acima dos 5 por cento.

4. Registamos que a nível do continente Africano ocorrem mudanças fundamentais que revestem-se de uma potencialidade para conduzir os nossos países à transformações estruturais nacionais e, posicionar a região a tornar-se uma nova fonte de crescimento global. O dinamismo com que os nossos países individual e colectivamente exibem, contrasta a morosidade que caracteriza importantes sectores da economia mundial. Este é um momento histórico no qual trabalhando com todos os intervenientes, estamos determinados a aproveitá-lo em prol da melhoria dos nossos povos.

5. Registamos ainda que, para que a África possa manter as tendências positivas de crescimento que se têm verificado e, transformá-las em benefícios de desenvolvimento, que favoreçam todos os povos e o mundo, é essencial que os governos e outros intervenientes emprestem especial atenção aos vários desafios, que no passado serviram de impasse em relação aos nossos esforços de transformação

estrutural. A abordagem desses desafios, requererá acções urgentes e determinadas em várias áreas, particularmente no fortalecimento da liderança, governação e instituições; reforçando a auto crença nos nossos povos, ideias e instituições; dando melhor tratamento a imagem pública e comunicação das probabilidades e perspectivas de desenvolvimento da África; articulando visões e planos a longo prazo, devidamente capacitados, aos quais permanecemos fieis; introduzindo sistemas sólidos de financiamento e investimento para o desenvolvimento; modernizando a agricultura; melhorando as infra-estruturas de redes; proporcionando formação aos grupos engajados na tecnologia, inovação e desenvolvimento; promovendo de políticas de comércio coerentes e coordenadas; investimento em capital humano e físico; optimizando as oportunidades para as pequenas e médias empresas se desenvolverem; protegendo os dividendos demográficos Africanos; promovendo, diversificando e melhorando a qualidade das exportações; acelerando a integração regional; abordando a ameaça das alterações climáticas; e mobilizar os necessários recursos nacionais e externos, incluindo as remessas da diáspora.

6. Registamos a participação crescente das remessas para o desenvolvimento económico e social em África, conforme observado na decisão do Conselho Executivo da UA EX.CL/Dec.683(XX) sobre a criação de um Instituto Africano de Remessas, e exortamos a Comissão da UA a agilizar o trabalho sobre a criação do Instituto, em colaboração com os parceiros. Nesse sentido, registamos igualmente a oferta das Maurícias para sediar o Instituto e o interesse do Djibouti, Egipto e Quénia no mesmo sentido.

7. Registamos ainda que a nossa busca renovada pela transformação estrutural, estimulada pelos nossos sucessos em termos de crescimento, requererá que asseguremos a mobilização dos cidadãos em torno de uma visão comum de desenvolvimento. Tal visão necessitará entre outros aspectos, que seja complementada por um quadro institucional que permita proteger eficazmente as potencialidades do estado, do sector privado e da sociedade civil como força motriz de mudanças transformadoras e assim harmonizar as suas acções. Essa visão se beneficiará igualmente por se fazer acompanhada de mecanismos e instrumentos nacionais de planeamento, inclusivamente um intercâmbio mais efectivo dos funcionários do ramo da planificação, com vista a entre outros, edificar uma resiliente comunidade de pares que esteja devidamente equipada a partilhar os conhecimentos e boas práticas.

8. Estamos conscientes de que as tendências e os últimos acontecimentos globais são de forma directa ou indirecta refractados na economia dos países Africanos. Nesse contexto, estamos preocupados com o agravamento da crise da dívida soberana na zona euro, como uma continuidade da crise financeira e económica mundial,

aumentando o risco de mais uma recessão mundial, capaz de afectar negativamente as economias Africanas. Notamos ainda que uma desaceleração significativa do crescimento nos mercados emergentes poderia de igual modo afectar as perspectivas de crescimento da África. Todavia, somos encorajados pelo facto de, em 2011 o ritmo de crescimento da África ter permanecido positivo, perante os embates e perspectivas para 2012 e além, que são relativamente risonhos. Reiteramos a necessidade dos nossos governos manterem o compromisso de procurar pela formulação de uma vasta gama de políticas e estratégias que nos possibilitem ultrapassar a crise mundial de 2007/2008, que de um modo geral ajudaram-nos a manter a nossa capacidade de recuperação. Como fundamento para tais políticas e estratégias, salientam-se o desenvolvimento e a consolidação dos nossos mercados internos, bem como os esforços contínuos no sentido de alcançar a integração monetária e financeira.

9. Reconhecemos que para que o crescimento seja sustentável, o mesmo deve ser diversificado e inclusivo, conforme amplamente demonstrado pela transição democrática na África do Norte com repercussões noutras partes do continente. Neste sentido, a importância da criação de empregos apontada particularmente para a juventude, não deve ser demasiadamente enfatizada. A necessidade de sustentar e expandir as medidas designadas a abordar a pobreza e melhorar o bem-estar social é crucial. Acolhemos os progressos logrados pelos países Africanos com vista a concretizar os ODM, conforme enunciados nos indicadores tais como matrículas líquidas no ensino primário, imunização infantil, paridade do género e detenção da propagação do VIH/SIDA. No entanto, o desequilíbrio relativamente ao ritmo em que o progresso está ser alcançado, a persistência da fome em várias partes do continente, as constantes taxas elevadas da mortalidade materno-infantil e as iniquidades que persistem no acesso aos serviços básicos, constituem elementos centrais da agenda de desenvolvimento para além de 2015, à qual devemos voltar as nossas atenções.

10. Com vista a colmatarmos as lacunas e os retardamentos no nosso progresso rumo aos ODM, reiteramos a incessante necessidade de respostas políticas sólidas dos nossos governos, que centrem sobre a diversificação económica e a transformação estrutural pela via da acelerar a redução da pobreza, criar valor acrescentado nacional e ligações intersectoriais, abordar o desemprego, garantir a segurança alimentar, acelerar o progresso rumo à redução da mortalidade materno-infantil, melhorar a igualdade do género e providenciar acesso contínuo à melhores serviços básicos às populações.

11. Aprovamos os apelos já expedidos, para a adopção de uma posição comum africana sobre uma agenda de desenvolvimento para além de 2015. Propomos que os persistentes desafios de desenvolvimento com que nos deparamos, devam constituir o cerne dos contributos do continente nos debates das Nações Unidas em torno dessa

agenda. Nesta conformidade, exortamos à Comissão da UA, a CEA e o Banco Africano de Desenvolvimento, a tomarem acções coordenadas em prol do processo de identificação das preocupações prioritárias da África no que abarca a preparação de uma posição continental harmonizada.

12. Apelamos por uma vasta utilização dos dados desagregados sob a perspectiva do género, em particular os dados sobre o emprego do tempo, na análise, planificação e gestão das políticas económicas e sociais baseadas no género. Saudamos os progressos alcançados pelos países em termos de aumento da representação da mulher nos nossos parlamentos e noutras áreas política nacionais e regionais. Estamos confiantes de que esse progresso continuará a melhorar nos anos vindouros, de modo que o continente possa concretizar uma paridade completa do género, da qual os nossos governos assumiram o compromisso.

13. Saudamos a Decisão da 2ª Conferência dos Ministros Responsáveis pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais de criar o Centro Africano de Desenvolvimento da Indústria Mineira (AMDC) enquanto plataforma para implementação do Plano de Acção sobre a Visão Africana da Indústria Mineira. No mesmo sentido, ratificamos a Decisão para que o tema do 8.º Fórum sobre Desenvolvimento Africano (FDA) seja “Gerir e Aproveitar os Recursos Naturais para o Desenvolvimento da África”, pelo que a ocasião oferecerá oportunidade para estabelecer parcerias e permitirá aprofundar as reflexões sobre a implementação da Visão Africana relativa à Indústria Mineira. Registamos que políticas coerentes e efectivas sobre o desenvolvimento da indústria mineira trarão a longo prazo, entre outros benefícios, o reforço da mobilização dos recursos internos, facilitação de ligações intersectoriais equilibradas, considerável crescimento de recursos humanos qualificados, reforço do desenvolvimento de infra-estruturas e promoção do valor acrescentado a nível local.

14. Elogiamos as Comunidades Económicas Regionais (CERs) pelos seus esforços no sentido de acompanhar o ritmo do Tratado de Abuja e por trabalharem em estreita colaboração com a UA e CEA na implementação das principais iniciativas regionais de integração e desenvolvimento. Reconhecemos, portanto, que a integração regional é a chave motora para a materialização das potencialidades da África enquanto pólo de crescimento e uma força dinâmica na economia global. Por isso, continuaremos trabalhando, nos diferentes níveis, de forma a ultrapassar todos os constrangimentos com os quais o processo de integração regional em África se confronta e assim acelerar o prosseguimento da agenda de integração e possibilitar o nosso continente a tornar-se mais resistente aos choques externos. A este propósito, saudamos o Acordo Tripartido entre o Mercado Comum para a África Oriental e Austral, a Comunidade da África Oriental e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e encorajamos

outras CERs a seguir este exemplo, bem como a acelerar a consecução da integração africana. Instamos também os Estados-membros a prestar toda a assistência à implementação do Plano de Acção do Programa Mínimo de Integração (PMI), adoptado pela 18.^a Conferência da União Africana.

15. Aplaudimos igualmente a Decisão histórica da Décima Oitava Conferência de acelerar a criação da Zona de Comércio Livre Continental/Pan-africana até a data indicativa de 2017 e implementar um exaustivo Plano de Acção para fortalecer, a curto, médio e longo prazo, o comércio intra-africano. Estamos convencidos que a decisão ajudará a materializar o potencial da África enquanto pólo de crescimento além de reforçar a nossa agenda de integração regional.

16. Reconhecemos que a nossa aspiração continental para emergir como pólo de crescimento global, não pode ser plenamente atingida sem investimentos adicionais em termos de capital humano especializado para a estratégia proposta de aquisição, produção e difusão de novos conhecimentos e tecnologias. Continuaremos trabalhando rumo a melhoria e expansão do ensino superior Africano em geral e formação em ciência, engenharia e tecnologia em particular, de forma a assegurar que os necessários conhecimentos estejam disponíveis para o rápido desenvolvimento económico e social da África. Estes conhecimentos também serão indispensáveis para alimentar e expandir o design industrial e a manufactura para as quais uma cuidada gestão da política de aquisição das tecnologias nos permitirá desenvolver. Para o efeito, saudamos a recente criação da Universidade Pan-Africana (UPA) e dos seus constituintes Centros de Excelência.

17. Reconhecemos também a necessidade de promover projectos privados, internos e estrangeiros de investigação e desenvolvimento e de investimentos nas manufacturas, criar incentivos e outros mecanismos para eliminar barreiras a inovação, incluindo injusta tributação e regimes de propriedade intelectual desfavoráveis. Reconhecemos igualmente a necessidade de promover o investimento nacional para que possa desempenhar o seu papel como força-motriz do crescimento; para promover a investigação e o desenvolvimento de projectos de investimento; e tomar medidas para eliminar os obstáculos às inovações. Reconhecemos ainda a importância para África, de promover a inovação no mundo académico, indústria e governação através de incentivos, prémios para inovação e tecnologia, perfil de iminentes inovadores e empreendedores e oferecer incentivos fiscais.

18. A transformação estrutural e a assunção do papel de pólo de crescimento global requererão necessariamente que continuemos intensificando a política de reforço de capacidades públicas e institucionais em todo o continente. A este respeito, relembramos que a nossa 4.^a Conferência aprovou um apelo às Nações Unidas para

augmentar substancialmente a assistência financeira prestada ao Instituto Africano de Desenvolvimento Económico e Planificação (IDEP) dada a revitalização da planificação do desenvolvimento e visão a longo prazo nos nossos Países e o conseqüente aumento da procura dos serviços do IDEP.

19. Registamos com satisfação e apreço, a louvável Decisão das Nações Unidas de aumentar o orçamento afecto ao IDEP em mais de 300 por cento com efectividade a partir de Janeiro de 2012. Registamos também o aumento da assistência que os Estados-membros têm prestado ao Instituto, enquanto encorajamos os que têm contribuições em atraso para providenciar a sua liquidação com maior brevidade. Apelamos o Conselho de Administração do Instituto que integra 10 Ministérios Africanos e o Secretário Executivo da CEA, a mais estreitamente continuarem a supervisionar o louvável processo de revisão institucional e expansão em curso nos últimos anos, de forma a assegurar que permaneça rigorosamente em harmonia com as prioridades e as necessidades dos Países africanos.

Registamos que os nossos esforços acrescidos de mobilização de recursos internos estão comprometidos pelo crescente problema de transferências financeiras ilícitas. Registamos ainda que os esforços da África no sentido de reter quanto mais recursos possíveis no continente para o seu desenvolvimento e para realização do seu propósito em tornar-se pólo de crescimento no Mundo, não serão totalmente cumpridos se as transferências ilícitas não forem seriamente combatidas. A este respeito, saudamos a implementação da Resolução da 4.^a Conferência dos Ministros das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico sobre a criação do Painel de Alto Nível sobre o Fluxo Financeiro Ilícito da África, com a inauguração do Painel de Alto nível liderado pelo antigo Presidente da República da África do Sul, Sr. Thabo Mbeki. Aguardamos ansiosamente as diligências que o Painel irá empreender ao nível dos Países, de forma a criar maior consciência política e política sobre as transferências ilícitas e envolver os actores locais na procura de soluções.

20. Saudamos igualmente a próxima Conferência Africana sobre estratégias para a mobilização de recursos, a ser organizado pelo Governo da Guiné, de 5 a 6 de Setembro de 2012

21. Reiteramos a nossa convicção de que a luta contra a corrupção e as práticas corruptas permanece uma necessidade crucial para os propósitos dos nossos Países de superar o subdesenvolvimento e melhorar o bem-estar dos nossos cidadãos. Elogiamos a elaboração do Programa Regional Anticorrupção para África de cinco anos (011-2015) pela CEA e a Conselho Consultivo da UA sobre Corrupção e exortamos os dois organismos a implementar com rigor o Programa em conjunto com as instituições parceiras, com vista a intensificar a luta contra a corrupção em África.

22. As potencialidades da África como pólo de crescimento trarão sem dúvida, oportunidades para parcerias em todo o Mundo. A este propósito, os compromissos assumidos por África e pelos seus parceiros terão de ser rigorosamente monitorizados e avaliados. Saudamos a apresentação pela CEA e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico de um relatório anual de Revisão Mútua do Desempenho Económico e, reafirmamos o nosso apoio ao relatório. Encorajamos ambas instituições a intensificar esforços para disseminação do relatório junto a mais ampla rede dos actores de desenvolvimento na perspectiva de fortalecer o diálogo sobre o desenvolvimento entre a África e seus Parceiros.

23. Todos os aspectos da nossa procura para o desenvolvimento irão beneficiar-se de estatísticas melhoradas. Reiteramos a necessidade da informação estatística de qualidade em apoio ao esforço de desenvolvimento de África e da sua agenda de integração. A Carta Africana sobre Estatísticas e Estratégia para a Harmonização de Estatísticas em África, que engloba as prioridades políticas, económicas, sociais e culturais que sustentam a nossa agenda de integração, continua a ser um instrumento principal de que poderíamos continuar a cultivar para a correcção dos défices em nossos sistemas estatísticos e recursos. Louvamos o trabalho que já foi desencadeado no domínio das estatísticas sobre segurança alimentar, agricultura e vida rural, mercados de trabalho, Programa de Comparação Internacional e das Contas Nacionais. Apelamos aos Estados-membros a acelerar a ratificação da Carta.

24. Cientes das oportunidades, potencialidades e desafios que se apresentam nos esforços para garantir que o nosso continente para se torne um pólo de crescimento mundial, comprometemo-nos a:

- (a) Promover e implementar de forma holística, coordenada, as abordagens políticas integradas e mistas para ajudar a libertar um crescimento sustentável e os potenciais de desenvolvimento dos nossos países ao nível local, nacional e regional.
- (b) Reforçar a nossa liderança individual e colectiva e a capacidade de entender a evolução das oportunidades, locais e globais, por forma a acelerar o alcance da transformação de desenvolvimento;
- (c) Intensificar a implementação de várias iniciativas que são compatíveis com a nossa visão de um continente transformado, capaz de servir como um pilar de crescimento global e compromissos regionais e globais.
- (d) Promover a cooperação intra-Africana e Sul-Sul mutuamente benéfica, incluindo os programas de integração regional em curso em toda a África.

- (e) Facilitar os esforços no sentido de integrar o Plano de Acção para Impulsionar Comércio Intra-africana e o Roteiro e Arquitectura para rastreio rápido da Zona de Comércio Livre Continental, bem como várias iniciativas anexas, tais como o Programa de Integração Mínima (PIM) e o Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA), nos planos nacionais, nas estratégias e dotações orçamentais e efectivamente contribuir para fazer avançar a implementação dos programas de integração e actividades.
- (f) Apoiar uma série de medidas para reforçar a participação de jovens e de mulheres em empregos assalariados e alargar o seu acesso e oportunidades no mercado de trabalho.
- (g) Contribuir para a aceleração de medidas para cortar radicalmente a mortalidade materno-infantil em África.
- (h) Suprir a lacuna no financiamento do desenvolvimento de África através de concentração de esforços na mobilização de recursos nacionais.
- (i) Desempenhar um papel robusto na definição da agenda dos ODM pós-2015 em linha com a aspiração da África de alcançar a transformação estrutural.

Votos de agradecimento

25. Agradecemos ao Governo da República Federal Democrática da Etiópia por acolher esta Conferência e pelas excelentes instalações que nos foram disponibilizadas. Também agradecemos ao povo da Etiópia pela sua generosidade e hospitalidade calorosa.

26. Agradecemos igualmente à CUA e a ECA por ter organizado com êxito a Quinta Reunião Anual Conjunta da Conferência dos Ministros da Economia e Finanças da UA e a Conferência de ECA dos Ministros Africanos de Finanças Planificação e Desenvolvimento Económico.

2012

Report of the fifth joint meetings of AU
conference of ministers of economy
and finance and ECA conference of
African ministers of finance, planning
and economic development Addis
Ababa, Ethiopia, 22 – 24 March 2012

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4197>

Downloaded from African Union Common Repository